

PARECER/2022/20

I. Pedido

1. O Banco de Portugal solicitou à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) a emissão de parecer sobre o Projeto de Aviso em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, com o qual se pretende revogar o Aviso n.º 2/2018, de 26 de setembro, e a Instrução n.º 2/2021, de 26 de fevereiro.

2. A CNPD emite parecer no âmbito das suas atribuições e competências, enquanto autoridade administrativa independente com poderes de autoridade para o controlo dos tratamentos de dados pessoais, conferidos pela alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º, a alínea b) do n.º 3 do artigo 58.º e n.º 4 do artigo 36.º, todos do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (doravante RGPD), em conjugação com o disposto no artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 4.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, todos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que executa na ordem jurídica interna o RGPD.

II. Análise

3. O Banco de Portugal submete a parecer um Projeto de Aviso sobre prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, a emitir no uso do poder regulamentar conferido pelo artigo 94.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, pelo artigo 27.º da Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto, que regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela União Europeia e estabelece o regime sancionatório aplicável à violação destas medidas, e pelos artigos 30.º-B e 33.º-A do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (RGICSF).

4. A Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto, que transpõe para a ordem jurídica interna a revisão promovida pela Diretiva (UE) 2018/843 à Diretiva (UE) 2015/849, alterou, entre outros diplomas, a Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto.

5. Assim, nos termos da Nota Explicativa da consulta pública do presente Projeto, torna-se necessário proceder a uma revisão do Aviso n.º 2/2018 do Banco de Portugal com vista a expurgar do texto regulamentar os aspetos de regime que passaram a estar previstos na Lei n.º 83/2017, atualizar as normas que referem diplomas já revogados, remetendo-os para o diploma vigente, compatibilizar o regime com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, de 15 de julho, que regulamenta os sistemas de governo interno e define os padrões mínimos em que deve assentar a cultura organizacional das entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal. O

Projeto de Aviso incorpora ainda o regime resultante da Instrução do Banco de Portugal n.º 2/2021, de 26 de fevereiro, condensando num único diploma regulamentar as regras aplicáveis em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

6. Nos termos do artigo 1.º do Projeto, o Aviso *regulamenta as condições de exercício, os procedimentos, os instrumentos, os mecanismos, as formalidades de aplicação, as obrigações de prestação de informação e os demais aspetos necessários a assegurar o cumprimento dos deveres preventivos do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, no âmbito da atividade das entidades financeiras sujeitas à supervisão do Banco de Portugal*, os meios e os mecanismos necessários ao cumprimento, pelas entidades financeiras dos deveres previstos na Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto, bem como as medidas que os prestadores de serviços de pagamento adotam para detetar as transferências de fundos em que as informações sobre o ordenante ou o beneficiário são omissas ou incompletas, cuja implementação, pelas instituições obrigadas, originará tratamentos de dados pessoais.

7. De facto, o Projeto contempla disposições que convocam o tratamento de dados de identificação de clientes e de representantes, dos titulares de participações no capital e nos direitos de voto de valor igual ou superior a 5%, e dos titulares do órgão de administração ou órgão equivalente e de outros quadros superiores relevantes com poderes de gestão, dos beneficiários efetivos, membros próximos da família e pessoas reconhecidas como estreitamente associadas

8. Assim, o artigo 13.º, sob a epígrafe «Procedimentos e registo centralizado relativos a transações ocasionais», dispõe que as entidades financeiras implementam um registo informatizado e centralizado de todas as transações ocasionais efetuadas, assegurando que o registo contém, pelo menos, a data e o valor da operação, bem como o nome ou a denominação completa e o tipo e o número do documento de identificação do cliente. Também o artigo 14.º consagra que as entidades financeiras implementam igualmente um registo informatizado e centralizado de depósitos em numerário realizados por terceiros em contas tituladas por clientes.

9. Por outro lado, o artigo 20.º, relativo aos elementos identificativos de clientes e representantes, prevê no n.º 3, que nos casos em que os empresários em nome individual não possuam número de identificação de pessoa coletiva, nacional ou estrangeiro, *as entidades financeiras recolhem e registam o número de identificação fiscal de pessoa singular utilizado*. Ainda o n.º 2 do artigo 21.º dispõe que as entidades financeiras recolhem e registam os seguintes elementos identificativos referentes aos titulares de participações no capital e nos direitos de voto de valor igual ou superior a 5%, e aos titulares do órgão de administração ou órgão equivalente e outros quadros superiores relevantes com poderes de gestão: a) Quando sejam pessoas singulares: i) Nome

completo; ii) Data de nascimento; iii) Nacionalidade constante do documento de identificação; iv) Tipo, número, data de validade e entidade emitente do documento de identificação; v) Número de identificação fiscal ou, quando não disponham de número de identificação fiscal, o número equivalente emitido por autoridade estrangeira competente.

10. Quanto aos beneficiários efetivos, o artigo 22.º contempla que a documentação ou os registos de formalização do processo de identificação e diligência contêm obrigatoriamente campos de informação específicos destinados a identificar os beneficiários efetivos por conta de quem os clientes estejam a atuar ou que, em última instância, controlem os clientes quando estes sejam pessoas coletivas ou centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica.

11. E, ainda, nos termos do artigo 32.º do Projeto, na contratação dos serviços de iniciação do pagamento e de informação sobre contas a que se referem as alíneas g) e h) do artigo 4.º do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica, as entidades financeiras procedem à recolha e registo do nome completo ou denominação do cliente, respetivos representantes e beneficiários efetivos e, ainda, dos seguintes elementos identificativos quando sejam pessoas singulares: tipo, número, data de validade e entidade emitente do documento de identificação; ou número de identificação fiscal ou, quando não disponham de número de identificação fiscal, o número equivalente emitido por autoridade estrangeira competente.

12. Por último, o artigo 35.º considera como exemplo de medidas concretas de obtenção de informação adicional sobre os clientes, os seus representantes ou os beneficiários efetivos, *a recolha de informação sobre a reputação dos mesmos, membros próximos da família e pessoas reconhecidas como estreitamente associadas.*

13. O tratamento destes dados pessoais é adequado e necessário para o exercício de competências de supervisão do Banco de Portugal, em respeito pelo princípio da minimização dos dados consagrado na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do RGPD.

14. Note-se que os tratamentos de dados referidos encontram o fundamento de licitude na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD, uma vez que decorrem de obrigações legais previstas na Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, e no RGICSF, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, competindo a sua regulação ao Banco de Portugal.

15. Do ponto de vista da proteção de dados pessoais, de entre as alterações promovidas no texto do Projeto de Aviso, face ao disposto no Aviso n.º 2/2018, destacam-se as normas relativas à comprovação de elementos identificativos com recurso aos prestadores qualificados de serviços de confiança nos termos previstos no Regulamento (UE) n.º 910/2014.

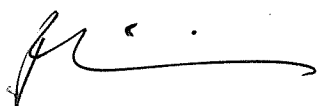
16. E a regulação, como procedimento alternativo de comprovação da identidade, da videoconferência no Anexo I do Aviso, ao abrigo do n.º 6 do artigo 21.º para efeitos do disposto na subalínea i) da alínea c) do n.º 4 do artigo 25.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto.

17. A este propósito, a CNPD limita-se a assinalar a necessidade de ser plenamente cumprido o teor do despacho n.º 157/2017 do Gabinete Nacional de Segurança¹, no que respeita aos requisitos a observar durante a videoconferência, devendo ainda ser assegurado o direito de acesso nos termos previstos aos dados pessoais pelos titulares, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 83/2017.

III. Conclusão

18. O projeto de Aviso do Banco de Portugal não suscita novas questões do ponto de vista da proteção de dados pessoais, assinalando a CNPD apenas as recomendações indicadas supra, no ponto 17.

Aprovado na reunião de 2 de março de 2022



Filipa Calvão (Presidente)

¹ Cf. <https://www.gns.gov.pt/media/10442/Despacho-154-2017-ID-Videoconferencia.pdf>